

dos empresários a Sarney

O ESTADO DE S. PAULO — Sexta-feira, 26-4-85

O apoio

Dirigentes empresariais paulistas deverão ir na próxima semana a Brasília sugerir ao presidente José Sarney que adote um drástico corte nos gastos públicos, como principal medida de política econômica. A partir deste "bom exemplo", o governo poderia até exigir sacrifícios do setor privado, até mesmo aumentando os impostos.

Em síntese, esta foi a proposta aprovada em reunião de quase uma hora realizada ontem na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Os principais participantes foram o presidente da Fiesp, Luís Eulálio Vidigal, e o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, além do presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes. Não compareceram o presidente da Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos), Roberto Konder Bornhausen, e o presidente da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), Fábio Meirelles.

Vidigal disse que a ausência de Bornhausen não indica falta de apoio às deliberações adotadas: o banqueiro já comunicara que apoiaria tudo o que ficasse decidido.

De acordo com Vidigal e Afif Domingos, os empresários não pretendem apresentar reivindicações ao presidente da República, mas "dar a ele o suporte para implantar o programa proposto pelo presidente Tancredo Neves para a Nova República, que Sarney já garantiu executar, ao pé da letra".

— Estamos conscientes — disse Vidigal — de que as definições de Tancredo são claras e, por isso, estamos até dispostos a fazer algum sacrifício, desde que haja austeri-

dade, e que o déficit público seja combatido definitivamente.

"Esperamos o exemplo"

Segundo Vidigal, o empresariado paulista está unido em torno disso, observando que, ao falar em sacrifício, "nós esperamos, primeiro, que o exemplo venha de cima. Quer dizer, existe um setor que ainda não fez sacrifícios e que representa 55% da economia nacional. Trata-se do setor estatal, e essa é a grande verdade". Em três anos de recessão, o setor privado "cortou até a menor gordurinha. Só a indústria paulista viu cair em mais de 22% seu nível de emprego. Do lado do setor público, não vimos sequer uma redução do déficit".

Para ele, existe unanimidade, entre o empresariado, de que o Estado "deve retornar a suas origens" e cumprir programas sociais, de segurança pública e saúde, abrindo espaço para a iniciativa privada atuar com eficiência: "o Estado-empresário agora tem de dar o exemplo". Só contendo os gastos públicos, "o Estado terá realmente recursos para aplicar em suas obrigações sociais".

— Todo aumento de impostos sem redução de despesas tende a ser consumido em curto prazo, e é o exemplo que está aí pelo menos até agora — acrescentou Afif Domingos, dizendo que o "desvio" chegou a tal ponto que o governo teve de criar o Finsocial, "já que os recursos de todos os impostos estão sendo desviados de sua função original".

Luís Eulálio Vidigal repetiu frase do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade: "O Joa-

quão diz que o governo propõe o pacto e quem paga o pacto somos nós, contribuintes".

Estado-empresário

Para ele, é preciso que as estatais participem em primeiro lugar, em qualquer projeto de pacto social mas, como desestatizar completamente agora, "é impossível, é utopia, porque sequer existiriam recursos para isso, o negócio agora é por sob o controle, os gastos públicos". Vidigal acrescentou: "A sociedade como um todo precisa controlar o Estado-empresário".

Na opinião de Afif, a Sest (Secretaria Especial de Controle das Estatais), criada em 1980, conseguiu levantar o "rombo" existente nestas empresas, mas em matéria de "ação política de controle, até hoje não conseguiu nada". Vidigal recordou uma conversa do ex-presidente Figueiredo em Tancredo Neves, "onde Figueiredo dizia que, mesmo com todos os poderes constitucionais de que dispunha, se julgava impotente para controlar as empresas estatais".

— Este compromisso só com as despesas e nunca com as receitas é que acaba mantendo a inflação nos patamares em que estamos hoje — disse Afif.

— Se vamos a Sarney — completou Vidigal — é porque cabe a ele a responsabilidade da elaboração e execução da política econômica. Euclides de Carli, presidente em exercício da Associação Comercial de São Paulo, acrescentou que a Nova República já deu bons exemplos de controle nos gastos "com o fim de muita mordomia", mas isso ainda "representa muito pouco em se falando do tamanho do déficit público".